da assemblea geral, sem esta nomear logo os liquidatários ou no caso de ser retirada a aprovação aos respectivos estatutos o juiz de direito da comarca respectiva nomeará os liquidatários.

§ 2.º A liquidação será feita sob a inspecção e vigilância do governo provincial, o qual poderá delegar este encargo no delegado do Ministério Público.

Art. 12.º Os sindicatos agrícolas podem coligar-se, formando uniões de sindicatos, para constituírem centros permanentes de relações de estudos, económicos ou agrícolas ou para promoverem e defenderem os respectivos interesses dentro da esfera dos estatutos e leis comuns applicáveis.

§ único. Estas uniões ou sindicatos centrais estabelecer-se hão e funcionarão nas mesmas condições dos sindicatos locais.

Art. 13.º É nula toda a deliberação tomada sobre objecto estranho àquele para que tiver sido convocada a assemblea geral, e são prohibidas as discussões sobre assuntos alheios aos fins do sindicato, que estejam expressos nos seus estatutos ou nestes mais ou menos explicitamente comprehendidos.

§ único. No caso de infracção deste artigo proceder-se há em conformidade com o disposto no artigo 12.º do regulamento das associações de classe nas provincias ultramarinas, de 10 de Outubro de 1901.

Art. 14.º Qualquer membro dum sindicato agrícola pode livremente dimitir-se de sócio, sem prejuízo de satisfazer as suas cotas do ano corrente e conservando o direito de permanecer, sujeitando-se às respectivas prescrições estatutárias nas sociedades a que se refere o § 3.º do artigo 1.º

Art. 15.º Os sindicatos agrícolas ficam isentos da contribuição industrial e dos impostos do selo e de registo, podendo, portanto, ser escritos em papel comum todos os seus documentos ou diplomas, incluindo as escrituras de constituição ou de modificação dos seus estatutos.

Art. 16.º Os sindicatos agrícolas gozarão, para os transportes que façam de conta própria ou dos sócios nos caminhos de ferro do Estado e nas linhas de paquetes subsidiadas pela provincia, duma redução de 25 por cento e sobre as tarifas gerais ou especiais applicáveis a esses transportes. O Governo providenciará quanto possível para que igual beneficio seja concedido nas linhas férreas que não sejam do Estado ou nos paquetes nacionais, embora não subsidiados.

§ único. Nos laboratórios químicos dos serviços officiais gozarão as análises requisitadas pelos sindicatos agrícolas para seu uso e dos seus sócios, os seguintes abatimentos nas tabelas gerais: de 20 por cento para análise de adubos e de plantas, suas partes ou derivados; de 70 por cento nas de terras.

Art. 17.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 18 de Agosto de 1916.—BERNARDINO MACHADO — *António José de Almeida*.

5.ª Repartição

DECRETO N.º 2:581

Por decreto de 25 de Novembro de 1915 foi reorganizado o quadro privativo das forças colonias, que, sendo composto de setenta e dois officiais subalternos, segundo a organização militar de 14 de Novembro de 1901, passou a ser constituído por trinta capitães e cento e vinte subalternos.

Foi este quadro assim aumentado com o duplo fim de proporcionar aos sargentos ajudantes e primeiros sargentos das guarnições ultramarinas uma justa e razoável promoção, que havia anos se achava quasi paralizada, e de atender às exigências dos serviços militares colonias, cujo desenvolvimento, volvidos catorze anos após a organização acima referida, estava exigindo maior numero de officiais.

A constituição que pareceu então mais vantajosa para o quadro privativo, mostra-se hoje deficiente, devido à amplitude que tomaram os serviços do exército da metrópole, donde não pode ser distraído o numero de officiais, indispensável para o exercicio das diversas comissões e serviços militares das colónias, alguns dos quais, sem inconveniente, podem ser desempenhados por officiais do quadro privativo. São os officiais daquelle quadro provenientes de unidades de artilharia, cavalaria e infantaria e, por consequência, podem, não só substituir os officiais desta última arma, para o que são geralmente destinados, como suprir a falta de officiais que venha a manifestar-se nas unidades de artilharia e cavalaria, onde poderão colocar-se os que naquelas armas hajam servido.

Por este motivo e considerando, quanto aos interesses da Fazenda Nacional, que da presente medida não resulta excesso de despesa, mas antes economia, porque ao maior numero de officiais do quadro privativo corresponderá uma redução igual no numero de officiais do exercito metropolitano em serviço nas colónias;

Usando da faculdade conferida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa, tendo ouvido o Conselho de Ministros: hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º O quadro privativo de que trata o artigo 1.º do decreto de 25 de Novembro de 1915 passa a ser constituído por cento e cinquenta subalternos e trinta e seis capitães, continuando as promoções dos mesmos officiais a ser reguladas pela forma estabelecida no mesmo decreto.

§ único. Os subalternos do referido quadro, provenientes das armas de artilharia e cavalaria, poderão ser colocados nas unidades e serviços privativos daquelas armas, quando as necessidades do serviço assim o exigiam.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Paços do Governo da República, 18 de Agosto de 1916.—BERNARDINO MACHADO — *António José de Almeida*.